

FOLHA DE OPINIÃO



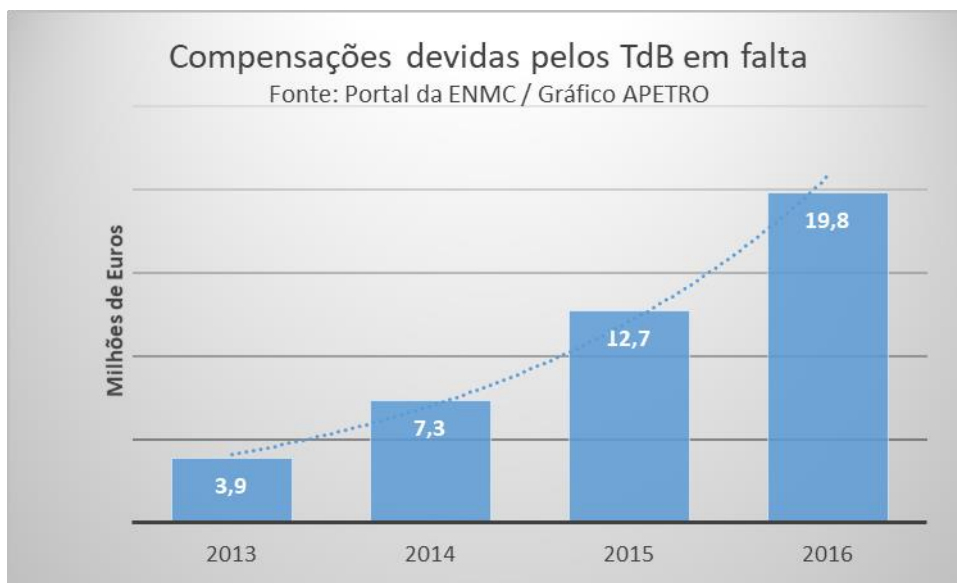
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EMPRESAS PETROLÍFERAS

A IMPORTAÇÃO DE GASÓLEO DE ESPANHA E NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS DE INCORPORAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

O sistemático e continuado incumprimento por parte de alguns operadores das obrigações impostas pelas metas nacionais de incorporação de biocombustíveis, para além de lesarem o estado e impedirem o cumprimento das metas a que o país se propôs, promovem uma concorrência distorcida e desleal face aos que cumprem essas obrigações. Esta situação resulta fundamentalmente da importação de Espanha de gasóleo sem biocombustível incorporado e a posterior não apresentação dos títulos de biocombustíveis. Urge, pois, melhorar os sistemas de controlo e mecanismos sancionatórios que acabem definitivamente com esta situação.

Uma das notícias da recém-publicada Newsletter da ENMC de 28 de setembro de 2017, com o título “Verificação do cumprimento das metas de incorporação de 2016”, motivou-nos a abordar o tema através da emissão desta Folha de Opinião.

Tal como referido no artigo da Newsletter, alguns dos 14 incorporadores registados em 2016, isto é entidades que introduzem no consumo combustíveis no setor dos transportes rodoviários, não apresentaram TdBs suficientes para cumprir a respetiva meta obrigatória de incorporação, pelo que a ENMC solicitou o pagamento das compensações devidas no valor de 2000 €/tep, o que deverá corresponder a um total de cerca de 20 milhões de Euros. Importa realçar que esta situação se arrasta desde o início da obrigatoriedade de incorporação de biocombustíveis e alguns dos operadores não cumpridores já tinham sido acionados por incumprimento relativo aos anos de 2013 a 2015, em montantes de tendência crescente, como se pode verificar no gráfico seguinte. Se nada for feito tudo leva a crer no agravamento da situação em 2017 e anos seguintes.



Trata-se de facto de uma matéria da maior importância que lesa o Estado Português, prejudicando o cumprimento das metas nacionais de incorporação de biocombustíveis, implica a perda de receitas e afeta a Indústria, pela distorção do mercado e concorrência desleal. Desde há muito que a APETRO chama a atenção quer da administração quer do Governo. Valerá a pena explicar melhor a situação.

Breve Historial do processo

O Decreto-Lei nº 117/2010, de 25 de outubro, que entrou em vigor 2011, veio estabelecer a obrigação de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis de origem mineral, por parte dos operadores. Assim, de acordo com a legislação em vigor, a introdução no mercado de combustíveis exige a apresentação de Títulos de Biocombustíveis (TdB) para cumprimento das obrigações legais. Os TdB são obtidos através da aquisição física de biocombustíveis a produtores registados na ENMC, através da compra de TdB a outros operadores, ou em leilão da DGEG.

Acontece que a importação terrestre (IT) de combustíveis rodoviários provenientes de Espanha está a crescer em Portugal e estima-se que tenha sido de cerca de 200.000 m³ em 2016, das quais 25% pelos operadores Associados da APETRO e 75% por outros operadores registados na ENMC. O mercado aponta indícios para que neste conjunto, cerca de 1/3 das importações possam não estar a ser declaradas às autoridades como tal (o que corresponderia a cerca de 50.000 m³/ano).

Prevê-se que esta tendência se venha a manter em 2017 e anos seguintes, se não forem tomadas medidas eficazes de combate a esta prática. O aumento das IT, basicamente de gasóleo rodoviário já que as de gasolinas continuarão a ser marginais, e, conseqüentemente, do número de TdB em falta, agravando o incumprimento das metas de incorporação a nível nacional e promovendo uma concorrência desleal.

Desde 2014 que a Apetro tem vindo a alertar para este fenómeno, não só junto das Entidades Públicas com responsabilidade na matéria, nomeadamente a DGEG e a ENMC, bem como do Governo.

Consequências desta situação:

- Os importadores que estão a ter esta prática, conseguem fazer chegar os produtos a todo o mercado nacional com preços mais reduzidos, dado que a incorporação de biocombustíveis encarece os combustíveis rodoviários, o que se configura portanto, uma concorrência desleal;
- A incorporação de biodiesel, de acordo com a legislação portuguesa em vigor, representou em 2016 um sobrecusto médio de 4 cêntimos /litro (s/ IVA);
- As IT não declaradas, para além de estarem feridas de ilegalidade, agravam a desigualdade em termos de concorrência desleal.

Conclusões:

- Parte significativa dos combustíveis importados de Espanha, por via terrestre, estão a chegar ao nosso mercado sem biocombustíveis e sem que sejam adquiridos e apresentados os TdB em falta;
- Esta prática tende a aumentar, potenciada pela diferença da política de incorporação de biocombustíveis entre Portugal e Espanha e pela diferença fiscal;
- O Estado poderá ter sido lesado pelos importadores que não operam no estrito cumprimento da lei (conjunto de importações declaradas e não declaradas) em mais de 48M€ nos últimos 3 anos (12M€ efeito Fiscal + 36 M€ incorporação de Bios);
- Julgamos que, pese embora o esforço desenvolvido pela ENMC, a aplicação das obrigações de pagamento já emitidas aos operadores prevaricadores, não tem sido eficaz no combate a esta prática ilegal, tanto no que diz respeito à sua eliminação, como ao pagamento das compensações previstas na lei e de quaisquer coimas por parte dos incumpridores.

Medidas Propostas

Pelo exposto, é em nossa opinião fundamental que se criem mecanismos de controlo e sancionatórios, capazes de desencorajar definitivamente as práticas de alguns agentes que aproveitam as fragilidades da legislação e a morosidade dos processos judiciais, para continuarem com as suas práticas, que lesam quer o estado português quer os operadores que cumprem com as suas obrigações.

Assim, continuaremos a advogar a aplicação de medidas adicionais, de que destacaremos:

- Aumento da fiscalização sobre os operadores que poderão estar a atuar à margem da lei (ex: registos de operadores suspensos, incumprimento da incorporação de biocombustíveis, não declaração da IT, etc.);
- Alteração legislativa para melhoria das medidas legais de combate à fuga ao ISP e à incorporação de biocombustíveis, sendo importante criar mecanismos eficazes de controlo e sancionatórios;

FOLHA DE OPINIÃO



- Obrigação de informação à Autoridade Tributária da relação de todas as transações de combustíveis, reportada pelos sujeitos passivos de IVA para cruzamento com os DIC (alteração dos Decretos-Lei 73/2010 de 21 de junho, 394-B/84 de 26 de dezembro e 290/92 de 28 de dezembro);
- Obrigação de prestação de uma garantia do pagamento das compensações devidas pelo incumprimento trimestral das metas de incorporação de Bios (alteração do Decreto-Lei 69/2016 de 3 de novembro).